

320 PEDIDOS DE EMPRÉSTIMOS

Risco de arquivamento até o final do ano

Iara Alencar
Da Editoria de Política
do "Jornal de Brasília"

Os 320 pedidos de empréstimos externos e internos dos Estados, encaminhados no Senado Federal desde 1980 deverão ser arquivados até o final deste ano, por falta de quórum para a sua liberação nessa segunda sessão legislativa que se inicia amanhã. A previsão é de dirigentes das oposições e do governo que acham difícil qualquer acordo para a aprovação dessas proposições que totalizam quase 250 bilhões de cruzeiros, reivindicados por municípios e governos estaduais.

Dos 29 pedidos de empréstimos externos — algo mais que 1 bilhão de dólares e aproximadamente 200 bilhões de cruzeiros — o Senado Federal conseguiu liberar apenas dois: 30 milhões de dólares para o governo de Mato Grosso do Sul e 20 milhões para o governo do Rio de Janeiro. Com relação aos empréstimos internos, foram liberados, até agora, apenas 22 pedidos dos 314 encaminhados à Casa em 1980, 1981 e este ano.

Pelo Regimento Interno do Senado, os projetos de Resolução votados serão arquivados no final da Legislatura. E nesta condição se encontra a quase totalidade dos pedidos de empréstimos internos e externos feitos pelos Estados.

Poderão, contudo, ser desarquivados a requerimento de qualquer senador até o fim da primeira sessão legislativa seguinte, desde que ouvido o plenário. Se o requerimento for aprovado, a proposição volta a tramitar.

O Regimento, contudo, assegura o direito de o autor de uma determinada matéria sustar a sua tramitação até antes da votação. Iniciado o processo de votação, a proposta só poderá ser retirada por deliberação do plenário.

Com isso, ficam as oposições entre dois fogos: receiam dar quórum para a liberação desses empréstimos e todo esse dinheiro ser utilizado em programas e obras com fins eminentemente político-eleitorais. E isso a apenas três meses e meio das eleições. Por outro lado, temem que o Executivo, em protesto, oriente os governos estaduais a sustar a tramitação de todos os projetos de empréstimo externo, antes mesmo que um parlamentar opositor possa vir a pedir o seu desarquivamento.

No caso dos pedidos de empréstimos internos, o próprio Executivo, como autor das mensagens, poderia requerer que fossem retirados do Senado.

GOVERNO

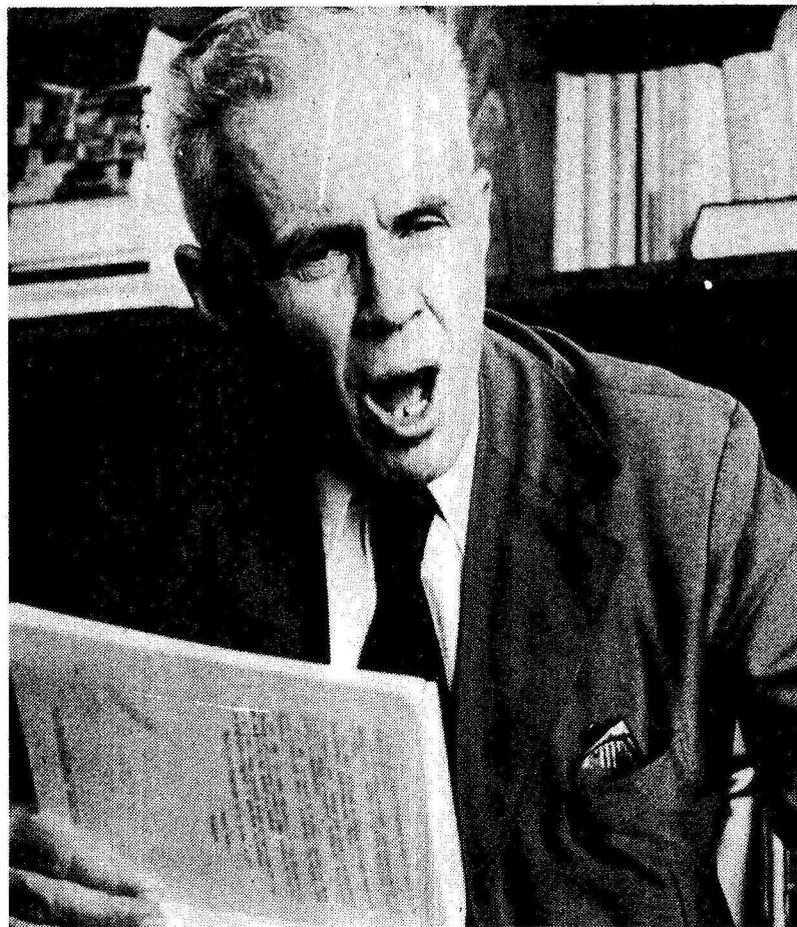
O governo, contudo, continua a assegurar o caráter « injusto » da obstrução oposicionista, desencadeada inicialmente pela ação solitária do senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES). Salientam que do total dos empréstimos, mais de 9 bilhões de cruzeiros destinavam-se à habitação; Cr\$ 3 bilhões 808 milhões para rodovias; Cr\$ 8 bilhões 408 milhões 407 mil para o programa de irrigação; Cr\$ 18 bilhões para programas agropecuários e industriais; Cr\$ 2 bilhões e 59 milhões para investimentos urbanos; Cr\$ 1 bilhão e 304 milhões para o pólo petroquímico; Cr\$ 16 bilhões para a elevação de capital da Ferrovia Paulista S/A. O restante se distribuía em construção para escolas, mercados, matadouros, galerias de águas pluviais, hospitais, centros sociais, equipamentos médicos, dentre outros.

O Estado de Minas Gerais foi o recordista em pedidos de empréstimos com 74 projetos, vindo em seguida São Paulo com 30 e Rio grande do Sul com 13 pedidos. Desde novembro do ano passado, encontra-se na Ordem do Dia do Senado, pronto para ser votado, pedido de endividamento interno de Cr\$ 4 bilhões 266 milhões do Estado de Minas Gerais para obras de saneamento. Na mesma pauta, outro de Cr\$ 455 milhões 179 mil para atendimento à FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor).

O vice-líder do PDS no Senado, José Lins (CE), ressalta que muitos desses pedidos jamais poderiam ter sido negados. Lembra que municípios pobres do interior do país chegaram a pedir empréstimo de Cr\$ 1 milhão para compra de caminhão de coleta de lixo e que hoje, se liberada essa mesma quantia, não se compra sequer um jipe.

OPosição

O ex-líder do PMDB no Senado, Itamar Franco (MG), no entanto, salienta que o PDS, sendo majoritário na Casa, poderia ter aprovado, sozinho, todas as proposições do seu interesse, « mas



OS senador Dirceu Cardoso promete luta cerrada até o fim

se mostrou incapaz de fazê-lo». Disse que o governo mineiro, de 1972 a 1980, pediu mais de 600 milhões de dólares emprestados, e ainda vai ter de contrair mais empréstimos para saldar a sua dívida.

— Mesmo assim — observou — 60 por cento dessa dívida ficará para ser paga pelo sucessor do atual governador Francelino Pereira, entre 1983 e 1987.

Por outro lado, líderes oposicionistas lembraram o acordo feito com o governo, no início de maio, para a votação de pedidos de empréstimos no valor de até 50 milhões de cruzeiros, o chamado « esforço concentrado » que resultou em fracasso.

Para o ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio (CE) « é um fato lamentável o Senado não ter concluído a votação desses pedidos de empréstimos no primeiro semestre ». Ele acha difícil vencer agora a obstrução do senador Dirceu Cardoso, quando todos os senadores estão mais preocupados « em salvar a sua pele », num trabalho de base junto ao eleitorado.

Na opinião do parlamentar cearense, isso evidencia que « al-

guma coisa » deve ser mudada no Senado, talvez o seu Regimento Interno, que possibilita que a ação de um único senador obstrua a deliberação de matérias durante tanto tempo.

Descarta, no entanto, a possibilidade de os atuais governadores ou do próprio presidente da República vir a retirar os pedidos de empréstimos internos e externos, assim que se conscientizarem da impossibilidade de aprová-los ainda nesta Legislatura. Para o deputado Flávio Marcílio, além de um ato impatriótico, isso seria uma confissão a priori de que os empréstimos não seriam necessários.

O candidato do PMDB ao governo do Rio de Janeiro, deputado Miro Teixeira defende, por sua vez, como a maioria dos candidatos aos governos estaduais, uma ampla reforma tributária no país para « pôr fim a esse problema de empréstimo ».

Miro Teixeira observou que, em 1963, de cada Cr\$ 100 de tributos recolhidos pelo governo, Cr\$ 50 retornavam aos Estados e municípios. Hoje, salientou, voltam apenas Cr\$ 3,9 por cada Cr\$ 100 recolhidos.